



ANEXO AO OFÍCIO CECOL/USP/003-2016, DE 21/7/2016

PARECER TÉCNICO-CIENTÍFICO

PREÂMBULO

Trata-se de solicitação do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CROSP), para elaboração de Parecer Técnico-Científico sobre a solicitação feita à Autarquia pelo DR. MARCOS MIGRI DA CUNHA, CROSP nº 44.372, a respeito de “*novos estudos sobre flúor da Harvard School of Public Health*”, que teriam sido publicados “no final de 2015”.

MATERIAL

Os referidos estudos apontados pelo solicitante foram objeto de divulgação no Brasil a partir de publicação eletrônica em sítio eletrônico na rede mundial de computadores (*Internet*), identificado como “Noticiais Naturais” (<http://www.noticiasnaturais.com>), a partir do qual foram reproduzidos intensamente em redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, dentre outras. O mencionado sítio eletrônico pode ser acessado em:

<http://www.noticiasnaturais.com/2014/03/estudo-da-universidade-harvard-relaciona-o-fluor-na-agua-com-o-autismo-desordens-mentais-e-tdah/#ixzz4ECvRpKKu>

Esta página contém um atalho que encaminha o leitor a outro sítio, denominado “A Arte de Amadurecer” (<http://www.aartedeamadurecer.com.br>), que se apresenta ao leitor como “Um Portal Quântico” e pode ser acessado em:

<http://www.aartedeamadurecer.com.br/estudo-de-harvard-classifica-o-fluor-como-uma-neurotoxina/>

A notícia divulgada no sítio “Noticiais Naturais” é uma matéria jornalística apócrifa que reproduz, em língua portuguesa, um texto intitulado “*Harvard research links fluoridated water to ADHD, mental disorders*”, publicado originalmente por Ethan A. Huff em 25/2/2014, no sítio eletrônico “*Natural News*”. Huff é identificado apenas como “*staff writer*” (redator) da publicação eletrônica, que pode ser acessada no endereço:

http://www.naturalnews.com/044057_fluoridated_water_ADHD_mental_disorders.html

CONTEÚDO

A matéria publicada em português em *Notícias Naturais* é a seguinte:

Estudo de Harvard classifica o Flúor como uma neurotoxina

Estudo da Universidade Harvard Relaciona o Flúor na Água com o Autismo, Desordens Mentais e TDAH

Estudo de Harvard classifica o Flúor como uma neurotoxina. A principal causa de TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e hiperatividade) e autismo em crianças pode ser os produtos químicos escondidos à espreita nos alimentos que comemos, a água que bebemos e os produtos que consumimos, diz um novo estudo publicado recentemente na revista *The Lancet*.

Pesquisadores da **Escola de Saúde Pública de Harvard (HSPH)** e da **Escola de Medicina Icahn no Monte Sinai (ISMMS)** constatou que, entre outras coisas, os produtos químicos do flúor adicionado a muitos sistemas públicos de água na América do Norte contribuem diretamente para ambos os transtornos mentais e comportamentais em crianças.

Com base pesquisa anterior, publicada em 2006, que **colocou o flúor como “um neurotóxico de desenvolvimento”**, a nova revisão incluiu uma meta- análise de 27 estudos adicionais sobre o flúor, a maioria dos quais eram da China, que ligava a substância química com QIs reduzidos em crianças.

Após análise minuciosa, foi determinado que o fluoreto impede o desenvolvimento adequado do cérebro e pode levar a transtornos do espectro do autismo, dislexia, TDAH e outras condições de saúde, uma ” epidemia silenciosa” que muitas autoridades de saúde tradicionais continuam a ignorar.

De acordo com os dois principais pesquisadores envolvidos no estudo, Philippe Grandjean de Harvard e Philip Landrigan, a incidência de transtornos de neurodesenvolvimento relacionados a produtos químicos dobraram nos últimos sete anos, de seis para 12. A razão para isto é que um número crescente de produtos químicos em sua maioria não testados estão sendo aprovados para uso sem o público ser informado onde e em que quantidades esses produtos químicos estão sendo utilizados.

“Desde 2006, o número de produtos químicos conhecidos por danificar o cérebro humano de modo mais geral, mas que não são regulamentados para proteger a saúde das crianças, tinha aumentado de 202 para 214”, escreve Julia Medew para o jornal The Sydney Morning Herald. “O par de pesquisadores disseram que isso pode ser apenas a ponta do iceberg, porque a grande maioria dos mais de 80.000 produtos químicos industriais largamente utilizados nos Estados Unidos nunca foram testados para os seus efeitos tóxicos sobre o feto ou criança em desenvolvimento”.

Nota blog Anti-NOM: obviamente que a situação no Brasil não é nada melhor. Os EUA diminuíram o limite de flúor na água potável, enquanto no Brasil o limite permaneceu alto.

O flúor deve ser imediatamente removido do abastecimento público de água para a segurança infantil.

Enquanto pesticidas dominaram lista da dupla como os produtos químicos mais difundidos e prejudiciais cuja presença de público em grande parte desconhece, o flúor, que é intencionalmente adicionados à água de abastecimento público como um suposto protetor contra a cárie dentária, também é altamente problemático. Também é amplamente ignorado pelas autoridades de saúde pública como um possível fator de problemas de desenvolvimento na infância, mesmo que a ciência seja clara sobre seus perigos.

Como o chumbo, alguns solventes industriais e produtos químicos de plantações, o flúor é conhecido por se acumular na corrente sanguínea humana, onde ele eventualmente se deposita nos ossos e outros tecidos corporais. Em mulheres grávidas, isto também inclui a passagem através da corrente sanguínea para a placenta, onde em seguida se acumula nos ossos e tecido cerebral de bebês em desenvolvimento. Os efeitos disso são, é claro, perpetuamente prejudiciais, e algo que as autoridades reguladoras precisam levar mais a sério.

“O problema é de âmbito internacional, e a solução deve, portanto, ser também internacional”, afirmou Grandjean em um comunicado à imprensa, pedindo melhoria dos padrões regulamentares para produtos químicos comuns. “Temos os métodos prontos para testar produtos químicos industriais sobre os efeitos nocivos no desenvolvimento do cérebro das crianças – agora é a hora de fazer com que o teste seja obrigatório.”

A exposição ao flúor pode reduzir a inteligência das crianças, diz um estudo pré-publicado no “**Environmental Health Perspectives**“, uma publicação do Instituto Nacional de Ciências de Saúde Ambiental.

O flúor é adicionado a 70% do abastecimento de água potável pública dos EUA. No Brasil, dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2003 indicam que 75% do volume de água produzido pelos prestadores é fluoretado e se estima que 100 milhões de brasileiros ingerem água fluoretada.

De acordo com Paul Connett, Ph.D., diretor da Rede de Ação do Flúor, “*Este é vigésimo-quarto estudo que encontrou essa associação, mas este estudo é mais forte do que o resto porque os autores controlaram variáveis-chave de alterações, e além de correlacionar uma diminuição no nível de QI com os níveis de flúor na água, os autores encontraram uma correlação entre baixo QI e quantidade de flúor no sangue de crianças. Isto nos aproxima de uma relação de causa e efeito entre a exposição ao flúor e danos cerebrais em crianças.*”

“*O que também chama a atenção é que os níveis de flúor na comunidade onde a diminuição de QI foi registrada era inferior ao que o EPA diz ser o nível padrão seguro de fluoretação, de 4 ppm (partes por milhão), e demasiado perto dos níveis utilizados em programas de fluoretação artificial (0,7-1,2 ppm)*“, diz Connett. No Brasil o nível considerado “ótimo” é de 0,7 a 1,0 ppm.

Neste estudo, 512 crianças de 8 até 13 anos, em duas aldeias chinesas foram estudadas e testadas: em Wamaio com uma média de 2,47 mg de flúor por litro de água (intervalo de 0,57-4,50 mg/L) e Xinhuai com uma média de 0,36 mg/L (0,18 -0,76 mg / L).

Os autores eliminaram ambos os problemas de exposição ao chumbo e a carência de iodo como possíveis causas para o QI reduzido. Eles também excluíram todas as crianças que tinham história de doenças ou lesões cerebrais e nenhuma tomou chá de tijolo (ou chá compacto), conhecido por conter alto teor de flúor. Nenhuma das vilas está exposta a poluição do flúor pela queima de carvão ou outras fontes industriais.

Cerca de 28% das crianças na área com baixo nível de flúor tiveram resultados tão brilhantes, normais ou superiores em comparação com apenas 8% na área que tinha maior nível de fluor na água (Wamaio).

Na cidade com alto nível de fluoretação, 15% apresentaram resultados indicativos de retardo mental contra apenas 6% na cidade com baixa fluoretação. Os autores do estudo escrevem: “*Neste estudo nós encontramos uma relação dose-resposta significativa entre o nível de flúor no sangue e do QI das crianças*”.

Um dos estudos mais antigos com animais sobre o impacto do flúor sobre o cérebro foi publicado nos Estados Unidos. Este estudo, por Mullenix al. al (1995), levou à demissão do autor pelo Centro Odontológico Forsyth. “*Isto enviou uma mensagem clara para outros pesquisadores nos EUA que olhar para os efeitos na saúde do flúor, particularmente no cérebro, não era bom para a carreira*”, diz Connett.

Connett acrescenta: “*O resultado é que enquanto a questão do impacto do fluoreto sobre o QI está sendo perseguido agressivamente ao redor do mundo, praticamente nenhum trabalho foi feito nos EUA, ou em outros países que praticam a fluoretação, a fim de repetir seus resultados. Infelizmente, os órgãos de saúde nos países que praticam a fluoretação parecem estar mais interessados em proteger seus programas de fluoretação de que proteger o cérebro das crianças*”.

Quando o Conselho Nacional de Pesquisa das Academias Nacionais revisou esse tópico em seu relatório de 507 páginas intitulado “Flúor na Água Potável: uma revisão das normas da EPA”, publicado em 2006, apenas cinco dos 24 estudos de QI estavam disponíveis em Inglês. Mesmo assim, o painel concluiu que a ligação entre a exposição ao flúor e a redução do QI seria coerente e “plausível”.

Segundo Tara Blank, Ph.D., Diretora para Ciência e Saúde da Rede De Ação do Flúor, “Este deve ser o estudo, que finalmente terminará com a fluoretação da água. Milhões de crianças americanas estão sendo expostos desnecessariamente a esta neurotoxina em uma base diária. Quem em seu juízo perfeito iria diminuir o risco de inteligência de seus filhos a fim de reduzir uma pequena quantidade de cárie dentária, para o qual a prova é muito fraca.” (Ver The Case Against flúor, de Outubro de 2010,).

Fluoretação no Brasil

No Brasil, a Lei no 60507 de 24 de maio de 1974 regulamentou a prática da fluoretação da água. Esta lei afirma no seu artigo 1:

“Os projetos destinados à construção ou à ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água, onde haja estação de tratamento, devem incluir previsões e planos relativos a fluoretação da água, de acordo com os requisitos e para os fins estabelecidos no regulamento desta Lei;”

Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento de 2003 indicam que 75% do volume de água produzido pelos prestadores é fluoretado e se estima que 100 milhões de brasileiros ingerem água fluoretada.

Sempre que possível procure utilizar cremes dentais sem flúor e tomar água mineral com a menor quantidade de flúor que puder achar.

Fontes:

- Estudo: Serum Fluoride Level and Children’s Intelligence Quotient in Two Villages in China (Cópia postada no scribdpor segurança)
- Yahoo News: Fluoride in Water Linked to Lower IQ in Children
- Mirvaine Panizzi – Vigilância Sanitária Da Fluoretação Das Águas De Abastecimento Público Do Município De Chapecó, Sc, No – Período 1995-2005
- Decreto no 76.872 de 22 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a fluoretação da água
- The Case Against Fluoride – Apêndice

- [Relatório: Fluoride in Drinking Water: A Scientific Review of EPA's Standard](#)
- [Natural News: Harvard research links fluoridated water to ADHD, mental disorders](#)
- [\[ESTUDO\] Neurobehavioural effects of developmental toxicity](#)

ANÁLISE

A matéria jornalística publicada no *site* “Notícias Naturais” intitula-se “*Estudo de Harvard classifica o Flúor como uma neurotoxina*”. O título do original inglês é outro (“*Harvard research links fluoridated water to ADHD, mental disorders*”) e não menciona “neurotoxina”. O termo (neurotoxina) é citado uma vez e “neurotóxico” é mencionado 21 vezes. Cabe esclarecer, a propósito, que são distintos os conceitos de “toxina” e “tóxico”.

“**Neurotoxina**”

O Flúor é um elemento natural, do grupo dos halogênios, do qual também fazem parte os elementos químicos cloro, o bromo e o iodo. É o 13º elemento mais abundante na natureza, sendo o mais eletronegativo dos halogênios. Trata-se, portanto, de afirmação equivocada a de que o flúor seria uma toxina, ou neurotoxina. A palavra “toxina” é empregada para identificar uma determinada substância de origem biológica, geralmente bactérias, mas também plantas e animais (nos quais têm a função de proteção ou de agressão aos predadores), que provoca agravos à saúde, ou mesmo a morte de um ser vivo por contato ou absorção, ao reagir bioquimicamente com suas enzimas e receptores. Flúor e fluoretos não têm essa origem e, portanto, não devem ser assim classificados. Estes podem, contudo, em determinadas situações, exercer funções “tóxicas”, mas não é admissível que se confunda “toxina” com “tóxico”.

Atribui-se a Paracelso o axioma de que “*a diferença entre um remédio e um veneno está apenas na dose*”. Desse modo, o que define se a utilização de um determinado elemento químico será inerte ou exercerá toxicidade é a sua concentração.

A exposição a teores impróprios de qualquer elemento químico, associa-se, conforme é do conhecimento da ciência praticamente desde os primórdios da

química e da bioquímica, a vários efeitos adversos à saúde humana e dos animais. Tal é, dentre vários outros exemplos a que se poderia aventar apenas a título de ilustração, o caso do cloro, outro halogênio encontrado na natureza, que além de estar presente no sal de cozinha formando composto iônico com o sódio e sendo amplamente utilizado em todo o mundo, é também utilizado, mundialmente, em diferentes compostos, com diferentes finalidades, como ácido hipocloroso, para controlar a potabilidade das águas utilizadas para consumo humano e no tratamento de esgotos, ou ainda como arma química, alvejante, oxidante, pesticida, desinfetante, no branqueamento do papel, na indústria de explosivos, e uma infinidade de outros usos. Mas, na água de abastecimento público, o cloro não pode ser utilizado fora dos padrões, pois é carcinogênico. Assim, elementos químicos não são, *a priori*, bons ou maus. O uso que deles se faz é que pode ser bem feito ou mal feito. Por isso, faz todo sentido falar em teores impróprios, inclusive para os fluoretos.

É justamente por essa razão que as empresas incumbidas do tratamento da água, ao realizar o controle das suas operações nas Estações de Tratamento de Água (ETA), verificam e ajustam os teores de fluoretos presentes nas águas de abastecimento público para que estejam em teores adequados. Na maioria das ETA esse controle é feito praticamente de hora em hora, diariamente. Além disso, no caso do Brasil, muitas secretarias municipais de saúde, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária fazem também o controle externo dessas ações, aqui denominado de heterocontrole.

“Estudo de Harvard”

O artigo que deu origem à divulgação brasileira com o título que implica a *Harvard School of Public Health*, assinado por Philippe Grandjean, do Departamento de Saúde Ambiental, e por Philip Landrigan, da *Icahn School of Medicine at Mount Sinai*, tem outro título denominado “*Neurobehavioural effects of developmental toxicity*” e foi publicado pelo periódico *The Lancet Neurology* em março de 2014 (Grandjean P, Landrigan P. Neurobehavioural effects of developmental toxicity. *Lancet Neurol.* 2014;13:330-8.). Os autores abordam no artigo o problema das deficiências do desenvolvimento neurológico, que afetam de

10% a 15% dos nascimentos e incluem o autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, e outras deficiências cognitivas. Em que pese a vasta discussão socioantropológica na área da saúde, relacionada com as consequências da patologização da vida cotidiana, da qual deriva a atribuição do rótulo de “adoecimento” a comportamentos como hiperatividade e déficit de atenção, dentre outros, a fenômenos cotidianos da interação humana, e, ainda à dificuldade metodológica que reside na classificação entre “o normal” e “o patológico” entre os variadíssimos graus de autismo, Grandjean e Landrigan admitem a ocorrência de uma “pandemia de neurotoxicidade do desenvolvimento” e aventam a possibilidade de esse fenômeno estar aumentando em todo o mundo. Em seu artigo, uma revisão de literatura orientada pelo princípio da precaução, abrangendo o período 2006-2013, incluíram estudos que abordaram populações cujos indivíduos tinham de zero a 18 anos de idade, identificando-se 214 produtos químicos industriais considerados prejudiciais ao desenvolvimento do cérebro e que poderiam, portanto, estar implicados na referida pandemia, tais como o chumbo, metilmercúrio, bifenilos policlorados, arsênico, tolueno, manganês, fluoreto, clorpirifos, diclorodifeniltricloroetano, tetracloroetileno, e os éteres difenil-polibromados. Para “controlar a pandemia”, os autores propõem uma estratégia de prevenção global que envolveria a criação e atuação de organismos supranacionais e, nos processos de produção de bens, a exigência de que “produtos químicos não testados não deveriam ser considerados seguros para o desenvolvimento do cérebro e produtos químicos em uso atualmente e todos os novos produtos químicos, por conseguinte, deveriam ser testados quanto à possível neurotoxicidade de desenvolvimento”.

O artigo de Grandjean e Landrigan é composto por 4.600 palavras excluindo o título, 3 tabelas, 2 figuras, 2 quadros e 115 referências. O conteúdo abrange 47 parágrafos e se distribui por 9 seções. A palavra “fluoride” (fluoreto) aparece duas vezes no trabalho, uma delas no corpo do texto e outra em um dos dois quadros que compõem o artigo, “water” (água) é mencionada quatro vezes, sendo que em duas está associada ao fluoreto, em uma ao arsênico e em outra ao tetracloetileno. Não há menção às expressões “fluoretação da água” nem “água fluoretada”. Dos 47 parágrafos, em apenas um há referência à presença de fluoretos na água de abastecimento público, mencionando uma revisão de literatura (meta-análise) que

se vale de 27 estudos transversais para admitir a hipótese de associação entre redução no valor médio do QI (quociente de inteligência) e teores elevados de flúor na água. Trata-se, a referida meta-análise, do artigo assinado por Choi e colaboradores publicado em 2012 na revista científica *Environmental Health Perspectives* (Choi AL, Sun G, Zhang Y, Grandjean P. Developmental fluoride neurotoxicity: a systematic review and meta-analysis. *Environmental Health Perspectives*. 2012;120(10):1362-8.). Dos 27 estudos incluídos, dois não se referem a exposição à água de beber, mas a queima de carvão. Embora o nível de exposição não esteja bem delimitado em alguns estudos, pode-se considerar que eles comparam o valor do QI de crianças de áreas expostas a teores elevados de fluoreto na água, variando de 2,5 a 11,5 miligramas de fluoreto por litro (mgF/L), com aquelas de áreas expostas a teores baixos de fluoreto, geralmente inferiores a 1,5 mgF/L. O resultado encontrado mostra que as crianças de áreas com elevada quantidade de fluoreto na água tem valores de QI inferiores as crianças de áreas com baixa quantidade de fluoreto. Dadas as características dos estudos incluídos, uma interpretação inversa também é possível: crianças de áreas com baixa quantidade de fluoreto na água tem valores de QI superiores às crianças de áreas com elevada quantidade de fluoreto. Cabe assinalar, ainda, que desse conjunto de estudos, dos quais 26 são chineses e um proveniente do Irã, houve controle da exposição ao alto teor de fluoreto, mas não de fatores socioeconômicos, demográficos e educacionais. O teste de QI, como qualquer outra avaliação de capacidade cognitiva, é influenciado por esses fatores notadamente o componente educacional e de estímulo pedagógico no ambiente escolar e familiar.

O artigo é citado com cautela por Grandjean e Landrigan, pois embora admitindo ser improvável que fatores de confusão possam ter enviesado as conclusões, eles consideram desejável que a associação dose-resposta seja mais bem caracterizada. Além disso, Choi e col. mencionam expressamente a **limitação** do estudo quanto ao fato de que ele **não se ocupa da associação do QI com fluoretos presentes em águas de abastecimento público em concentrações mais baixas (0,7-1,2 ppmF ou mgF/L)**. Assim, esta importante **limitação desse estudo**, de relevante significado para o debate sobre possíveis efeitos adversos da fluoretação das águas, constitui uma **restrição da abrangência da pesquisa** e faz com que não seja possível concluir nada a esse respeito. Por isso, pode-se

afirmar que os autores do “*Estudo de Harvard*” referido na matéria divulgada no Brasil e objeto da preocupação do Dr. Marcos Migri da Cunha, efetivamente **nada afirmam sobre a tecnologia de fluoretação da água**, tal como vem sendo aplicada no Brasil e outros países.

A esse respeito, cabe enfatizar que a preocupação que motivou o artigo de Grandjean e Landrigan, de que “produtos químicos não testados não deveriam ser considerados seguros para o desenvolvimento do cérebro” não se aplica, uma vez que há mais de 70 anos a fluoretação da água vem sendo testada em vários países e jamais se comprovou, utilizando-se para a medida os teores de fluoretos preconizados, e portanto seguros, qualquer efeito adverso à saúde humana ou de animais, conforme vasta literatura científica disponível aos interessados, e atualmente acessível em bibliotecas virtuais de saúde, sintetizadas dentre outras nas seguintes publicações científicas:

- a) Murray JJ. O uso correto de fluoretos na saúde pública. São Paulo: OMS-Ed.Santos; 1992.
- b) McDonagh MS, Whiting PF, Wilson PM et al. Systematic review of water fluoridation. *British Medical Journal*. 2000;321:855-9.
- c) World Health Organization. Fluorides and oral health. Geneva: WHO; 1994. (Technical Report Series, 846).
- d) World Health Organization. Fluorine and fluorides. Geneva: WHO; 1984. (Environmental Health Criteria, 36).
- e) World Health Organization. Guidelines for drinking water quality: recommendations. 3rd ed. Geneva: WHO; 2008.

No caso da fluoretação da água não cabe, portanto, argumentar com o princípio da precaução, uma vez que este não se aplica para tal finalidade, mas fazer avançar ainda mais os conhecimentos bem estabelecidos até o momento, os quais constituem base científica sólida para aplicar com segurança essa tecnologia de saúde pública, conforme recomendam vários organismos internacional e nacionais, dentre os quais a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), a *International Association for Dental Research*

(IADR), o Ministério da Saúde e, de modo unânime, as entidades brasileiras de Odontologia e de Saúde Pública.

CONCLUSÃO

O material analisado, consubstanciado na matéria jornalística de divulgação científica intitulada “**Estudo de Harvard classifica o Flúor como uma neurotoxina**”, a partir dos artigos científicos intitulados “*Neurobehavioural effects of developmental toxicity*” e “*Developmental fluoride neurotoxicity: a systematic review and meta-analysis*”, publicados respectivamente em *Environmental Health Perspectives* e *Lancet Neurology*, apresenta interpretação equivocada dos conteúdos científicos de que tratam os artigos que lhe deram origem, os quais tiveram como objeto possíveis efeitos decorrentes da exposição a **altos teores de fluoreto em águas** (2,5 mgF/L ou mais). Cabe reiterar, enfatizando-se, que a fluoretação das águas de abastecimento público como tecnologia de saúde pública, não utiliza e não preconiza, no Brasil, o uso de concentrações de fluoretos superiores a 1,0 ppmF/L), sendo predominante a recomendação de que esses teores devem se situar entre 0,6 e 0,8 mgF/L. É pertinente, ainda, assinalar que a norma brasileira que fixa os padrões para a potabilidade da água para consumo humano estabelece 1,5 mgF/L como o Valor Máximo Permitido (VPM) em águas naturalmente fluoradas. A aceitação deste VPM, leva em consideração a escassez de mananciais em várias partes do território nacional. Contudo, não se preconiza, no Brasil, que a agregação de fluoretos à água seja feita de modo a que o teor seja superior a 1,0 ppmF/L.

RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista que os “*novos estudos da Harvard University*” **não se referem à tecnologia da fluoretação da água de abastecimento público**, mas à exposição a **altos teores de fluoretos**, considerando-a de risco, e que tais riscos são bem conhecidos no Brasil, dando origem a práticas consolidadas de vigilância da qualidade da água para consumo humano e uso seguro dos fluoretos, consideramos que os mencionados trabalhos científicos **corroboram os**

conhecimentos que embasam a fluoretação das águas em nosso País. Não há razões, portanto, para propor a revogação da atual legislação brasileira, ou de normas que regulamentam os aspectos operacionais relativos à execução da medida, nem interromper a implementação desse eficaz, eficiente e efetivo método de prevenção da cárie dentária, ainda um relevante problema de saúde pública no Brasil.

É o parecer.

São Paulo, 21 de julho de 2016



Prof. Dr. PAULO FRAZÃO
Coordenador de Projetos
CECOL/USP



Prof. Dr. PAULO CAPEL NARVAI
Coordenador Geral
CECOL/USP

EQUIPE DO CECOL/USP INCUMBIDA DESTE PARECER

PAULO CAPEL NARVAI

<http://lattes.cnpq.br/8531108709147659>

PAULO FRAZÃO

<http://lattes.cnpq.br/0336022787699316>

ANTONIO CARLOS DE SOUZA NETO

<http://lattes.cnpq.br/3590615251145661>

ANTONIO CARLOS FRIAS

<http://lattes.cnpq.br/8888018235435418>

CARLOS CESAR DA SILVA SOARES

<http://lattes.cnpq.br/8426441486545218>

CELSO ZILBOVICIUS

<http://lattes.cnpq.br/1342167441151798>

LEONARDO CARNUT

<http://lattes.cnpq.br/2575803021196614>

MARCO ANTONIO MANFREDINI

<http://lattes.cnpq.br/7031114270238175>

MARISTELA VILAS BOAS FRATUCCI

<http://lattes.cnpq.br/0725388032746465>

REGINA AUXILIADORA DE AMORIM MARQUES

<http://lattes.cnpq.br/3361583754325012>

SÔNIA REGINA CARDIM DE CERQUEIRA PESTANA

<http://lattes.cnpq.br/2184117646747659>